

Em reunião com lideranças de jovens no Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff afirmou que o momento eleitoral é propício para a implementação de uma reforma política, destacando que os movimentos sociais devem sair às ruas e se engajar nesta discussão. Dilma também prometeu que o Planalto não enviará projeto de lei que criminalize os protestos ou aumente qualquer tipo de repressão, segundo relatos de participantes da reunião.

A reportagem é de Rafael Moraes Moura, publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 11-04-2014.

"Não pensem que conseguiremos a reforma política só na relação entre governo e Congresso. É algo que exige a participação dos brasileiros para coesão de forças", afirmou a presidente na reunião, de acordo com relatos de participantes. A reunião não foi aberta à imprensa.

"Sem a mobilização de vocês, não haverá reforma política. O momento eleitoral é de discutir a reforma política e é preciso que os movimentos sociais pautem essa reforma", ressaltou a presidente.

A reforma política foi umas bandeiras defendidas pelo Palácio do Planalto em resposta às manifestações que tomaram conta das ruas do País, em junho do ano passado. Dilma propôs um processo constituinte específico, mas desistiu da ideia após a avalanche de críticas da

oposição e da própria base aliada.

"A luta não se foca só nos parlamentos, precisa de mobilização das ruas", afirmou Dilma, que comparou o engajamento dos jovens ao movimento pelas Diretas Já. "Digerimos a ditadura indo à rua, indo à briga", disse, com ênfase.

Foram convidados para a reunião com a presidente representantes do Movimento Passe Livre, União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Fora do Eixo, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e Movimento Passe Livre (MPL). O encontro durou uma hora e meia.

Críticas

Para Cledson Pereira, representante do Movimento Passe Livre, o governo ainda não apresentou respostas às demandas apresentadas pelos movimentos. "A gente não acredita em reunião sem desdobramentos práticos, desde a nossa última reunião com a presidente, em junho do ano passado, a nossa pauta não avançou em nada", comentou.

"A PEC 90, que garante transporte como direito essencial, está parada no Senado, a proposta de tarifa zero, do custeio do transporte como um direito não avançou em nada, e a gente

enfrenta um aumento de passagens em quatro capitais do País e uma intensificação nas políticas e projetos de lei para repressão das manifestações com medo de uma nova jornada de junho", completou.

O governo desistiu de encaminhar ao Congresso um projeto de lei para conter a violência em protestos e vai endossar a proposta do senador Pedro Taques (PDT-MT), que já está pronta para ser votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Entre as propostas encaminhadas pelo governo que serão absorvidas no projeto do senador está a obrigatoriedade de identificação do manifestante que usar máscara.

"O governo se comprometeu que não enviaria nenhum projeto de lei que venha para aumentar qualquer tipo de repressão em relação aos movimentos sociais", afirmou a presidente da UNE, Virgínia Barros.

Fonte: IHU, 11 de abril de 2014